

Avaliação do projeto Escola que Protege: um fio de proteção na trama das violências

Assessment of the project "School that Protects: a wire protection in plot of violence

Evaluación del proyecto Escuela que Protege: un hilo de protección en la trama de las violencias

Evaluation du projet École que Protege: un fil de protection dans le terrain des violences

*Verônica Maria Benevides Pedrosa**

Resumo: Este artigo discorre sobre a pesquisa avaliativa realizada no Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), intitulada Políticas Públicas de Enfrentamento às Violências Contra Criança e Adolescente: avaliação da implementação do Projeto Escola Que Protege na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza. O projeto foi implementado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), em 2007. Discorreremos sobre o método da pesquisa de efetividade, que avalia os impactos do Projeto na escola por meio das falas dos/as Profissionais da Educação que passaram pela formação, principal estratégia de implementação da política, e que devem estar aptos a identificar, notificar e encaminhar as situações de violências por eles/as identificadas. Faremos uma contextualização do Projeto como política pública educacional de caráter social, seguida da discussão sobre as questões que envolveram sua implementação e concepção, finalizando com a definição do método da pesquisa avaliativa e seus principais resultados, no sentido de contribuir para o planejamento e a implementação de políticas públicas educacionais que tratam questões de relevância social, as quais se caracterizam de forma transversal e interdisciplinar e demandam por ações intersectoriais, para que estas políticas se efetivem satisfatoriamente, conforme conclusões do último capítulo da dissertação sobre a pesquisa.

Palavras Chave: Avaliação, políticas públicas educacionais, transversalidade, interdisciplinaridade, violência, escola.

Abstract: This article discusses the assessment research conducted in the Masters in Public Policy Evaluation (MAPP), entitled Public Policy to Combat Violence Against Children and Adolescents: Review of the implementation of the Project "School that Projects" in the Municipal Schools of Fortaleza. The project was implemented by the Prefecture of Fortaleza (PMF), through the Municipal Education Secretary (SME) in 2007. It was discussed the method's effectiveness research that assesses the impacts of the Project in school through the speeches of Education Professionals who have gone through training, main policy implementation strategy, and should be able to identify, notify and refer cases of violence by them identified. It was contextualized the project as a public policy education in social character, followed by discussion of the issues surrounding its design and implementation, ending with the definition of the method of assessment research and its main results, in order to contribute to the planning and implementation of educational policies that address issues of social relevance which are characterized transversely and demand for interdisciplinary and intersectoral actions for these policies to take effect satisfactorily, as conclusions of the last chapter of the dissertation on the research.

Keywords: Assessment, public educational policies, mainstreaming, interdisciplinarity, violence, school.

* Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação. Professora convidada da Universidade Estadual do Vale do Acaraú/UVA. E-mail: veronicapoesia@yahoo.com.br

Projeto Escola Que Protege: uma política pública educacional de caráter social

O Projeto Escola que Protege/PMF¹ se caracteriza como uma política pública social focada no enfrentamento às violências contra criança e adolescente no contexto escolar, tendo como principal estratégia de implementação a formação dos(as) Profissionais da Educação², com a finalidade de: trabalhar com a temática da violência na escola, na formação de Profissionais da Educação da Rede Pública de Ensino de Fortaleza; capacitar os(as) Profissionais da Educação para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes; contribuir para a prevenção e reversão da situação de violação de direitos da criança e do adolescente; realizar a identificação, notificação e encaminhamento de situações de violência contra criança e adolescente.

A temática das violências no contexto escolar traz consigo diversas questões relacionadas com as suas origens e propagação na sociedade contemporânea como: o uso indevido de drogas, exploração de trabalho infantil, exploração sexual, negligência, tráfico de pessoas e de drogas, desemprego e demais questões relacionadas com as desigualdades sociais decorrentes da expansão da economia capitalista. Todas essas questões de relevância social, conforme recomendam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para os Temas Transversais³, devem ser tratadas pela escola de forma transversal e interdisciplinar. Estes temas foram eleitos pelos PCN a fim de "possibilitar uma visão ampla e consistente

da realidade brasileira e sua inserção no mundo, além de desenvolver um trabalho educativo que possibilite uma participação social dos alunos" (Brasil, 1998, p. 26).

A escola é uma instituição que vivencia as consequências destas violências, que se manifestam de diversas formas e constantemente são identificadas pelos(as) Profissionais da Educação. Estes profissionais, que são responsáveis pela educação formal das crianças e adolescentes e são formadores de opinião, ocupam importante posição na escola e desenvolvem ações que podem ser planejadas de forma a contribuir para a implementação de uma política educacional de enfrentamento às violências no contexto escolar. Nesse sentido, justifica-se o fato da principal estratégia de implementação do projeto ter sido a formação dos Profissionais da Educação.

A implementação dessa política educacional se estrutura de forma transversal, interdisciplinar e intersetorial, pois suas ações curriculares perpassam por práticas pedagógicas que envolvem as disciplinas de diferentes áreas do conhecimento, bem como necessitam que ocorra a intersetorialidade entre as instituições que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) para que suas ações que ultrapassam as competências da escola sejam implementadas de forma satisfatória, no sentido de garantir a continuidade necessária destas ações para a efetivação dos direitos humanos destes sujeitos.

Nesse contexto, o desenvolvimento da pesquisa avaliativa configurou-se num amplo trabalho que envolveu procedimentos metodológicos de abordagem quantitativa e qualitativa no sentido de avaliar a concepção e a implementação do Projeto

e atender aos objetivos de: investigar a relação da Escola com o Conselho Tutelar nas ações de notificação, encaminhamento e acompanhamento dos casos de violências contra crianças e adolescentes identificados no contexto escolar; caracterizar o perfil socioeconômico dos(as) Profissionais da Educação formados pelo Projeto Escola Que Protege/PMF; elencar as situações de violências contra crianças e adolescentes, mais recorrentes, relatadas por Profissionais da Educação formados pelo Projeto Escola Que Protege/PMF; examinar as atitudes e as formas de identificação das situações de violências contra crianças e adolescentes realizadas por Profissionais da Educação formados pelo Projeto Escola Que Protege/PMF; analisar a interferência do Projeto Escola Que Protege e o uso do ECA nas práticas pedagógicas dos(as) Profissionais da Educação a partir da formação do Projeto Escola Que Protege.

Investir num método avaliativo que conferisse somente o alcance dos objetivos do Projeto poderia contribuir apenas com a investigação de como acontece, nas práticas pedagógicas da escola, a atuação dos profissionais da educação que passaram pela formação e só atenderia ao último objetivo da investigação. De acordo com Figueiredo e Figueiredo, (1996, p. 34), apud Arretche (1998) "entende-se a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentais explícitos de um dado Programa e seus resultados efetivos". Essa avaliação que avalia a relação dos objetivos do projeto com os seus resultados, denominada como avaliação de eficácia, é parte apenas de uma avaliação mais ampla da efetividade do Projeto.

Ressaltamos que não tivemos a intenção de investigar a eficiência do Projeto, pois a pesquisa não propõe, em seus objetivos,

avaliar a relação entre o gasto que se emprega e os resultados esperados do programa. Por se tratar de uma política pública educacional de caráter social, que aborda uma temática de abrangência mundial e visa à mudança de comportamento dos (as) Profissionais da Educação perante as situações das violências cometidas contra criança e adolescente identificadas por eles/as, no contexto escolar, a dimensão da pesquisa avaliativa para o Projeto Escola Que Protege/PMF compreende o empreendimento de uma avaliação da sua efetividade.

Embora o projeto tenha sido pensado para o espaço escolar e os principais protagonistas na formação dos alunos sejam os(as) Profissionais da Educação. Os processos educacionais que envolvem a abordagem da temática das violências estão permeados de valores e forças sociais conduzidas por diferentes atores que influenciam, criam e vivenciam esses valores, os quais se reproduzem no dia a dia das vivências escolares. Assim, ao avaliar uma política educacional no contexto de temáticas de relevância, é preciso investir em metodologias que permitam a discussão desses valores.

Stephen Ball, ao discutir sobre as políticas educacionais e a pesquisa em política educacional, no item incluindo as pessoas nas políticas, ressalta que:

É importante reconhecer que diversidade social e "diferença" são bases importantes para entender o escopo das forças sociais ativas envolvidas em e resistentes às mudanças – reconhecimento é importante. Igualmente, no entanto, os efeitos das políticas são sentidos nos fatos sociais básicos da pobreza, da opressão e da desigualdade (2011, p. 47).

De acordo com Rodrigues (2008, p. 8), ao analisar as perspectivas teóricas e metodológicas de avaliação das políticas públicas, atualmente ocorre a transição da prática internacional das pesquisas voltadas apenas para a análise de tomada de decisão ou de resultados de caráter instrumental para novas abordagens que “passaram a enfatizar a importância da análise de contexto – social, econômico, cultural – e da análise organizacional – estrutura de funcionamento, dinâmica, relações de poder, interesses e valores que permeiam as instituições” (2008, p. 9).

No entanto, embora a avaliação da efetividade possa fornecer resultados mais abrangentes, esse método não se caracteriza como uma avaliação em profundidade⁴. A avaliação em profundidade é defendida como uma proposta de uma avaliação que: “implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa da pesquisa” (Rodrigues, 2008, p. 11).

Consideramos que a avaliação em profundidade é coerente com a pesquisa avaliativa da política educacional, que abrange a dimensão do Projeto, mas ela exige um investimento maior de tempo e dedicação, fatores que a pesquisadora não dispunha na condição de trabalhadora e pesquisadora em tempo simultâneo e diante da circunstância de uma greve de professores que dificultou um pouco os processos de coleta de dados da pesquisa.

Assim, a realização da avaliação da efetividade do Projeto Escola Que Protege foi mais do que pensávamos inicialmente para a pesquisa, no sentido de atender os objetivos

propostos para o estudo, mas foi menos do que poderia ser para avaliar a complexidade da sua dimensão política, no contexto da garantia dos direitos da criança e do adolescente, a qual merecia uma avaliação em profundidade do Projeto que é apenas um fio de proteção na trama das violências.

Questões que envolvem a implementação e a concepção do Projeto Escola Que Protege

A prática avaliativa, que se distingue como avaliação da implementação, ocorre “quando se analisa a forma pela qual o programa está sendo implementado e, a partir dessa análise, se tenta formar um juízo sobre o seu potencial de sucesso ou fracasso”. (Holanda, 2006, p. 106). Este autor afirma ainda que a avaliação de implementação é:

Uma avaliação que tem objetivos preventivos ou cautelares, no sentido de que visa alertar o governo para a necessidade de mobilizar recursos adicionais, introduzir correções no planejamento inicial ou, eventualmente, cancelar o programa, minimizando ou neutralizando prejuízos ou fracassos potenciais (p. 112).

Considerando essa questão da análise de implementação de um projeto, é necessário verificarmos os serviços que foram planejados para sua execução. Os serviços planejados na elaboração do Projeto Escola Que Protege elegeram para sua execução os(as) Profissionais da Educação e deram a estes(as) a responsabilidade de identificar, notificar, encaminhar e acompanhar os casos de violências contra criança e adolescente

no contexto escolar, por meio da estratégia de formação destes(as) profissionais. Nesse sentido, Silva e Silva (2001, p. 39) considera que a "implementação de programas sociais é aqui entendida como a fase de execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas pré-estabelecidas, tendo em vista obter os resultados pretendidos".

No contexto do Projeto Escola Que Protege, para avaliar a sua implementação, nos referendamos no quadro explicativo elaborado por Holanda (2006, p. 97), que leva em consideração as seguintes questões: que tipos de intervenções podem contribuir para resolver o problema? A implementação do programa está sendo feita de forma adequada? Os serviços previstos estão sendo prestados?

A intervenção realizada na implementação do Projeto Escola Que Protege foi direcionada aos(as) Profissionais da Educação por meio de processo de formação, capacitando-os para o enfrentamento às múltiplas formas de violência contra a criança e o adolescente no contexto escolar. Esta intervenção precisa ser ampliada para os demais profissionais dos organismos que compõem o SGD, pois o atendimento destes organismos, no sentido de darem continuidade a execução dos serviços de notificação, encaminhamento e acompanhamento das situações de violência identificadas no contexto escolar, não funciona de forma adequada inviabilizando a continuidade e sustentabilidade da política implementada.

Constatamos, assim, que o objetivo de formar os(as) Profissionais da Educação deve ser ampliado para contemplar também a formação dos demais profissionais do SGD. No cumprimento da legislação do ECA, para garantir os direitos humanos da criança e do

adolescente, ocorrem alguns processos que dificultam a sua implementação a execução do Projeto. Embora a formação dos(as) Profissionais da Educação seja uma estratégia que atende ao âmbito escolar, ela não atinge os demais profissionais que têm a função de dar continuidade aos encaminhamentos necessários para o atendimento completo dos casos de violência.

Constatamos também que além da questão da falta de formação dos demais profissionais do SGD, os serviços planejados para o projeto devem incluir um investimento na estrutura física dos Conselhos Tutelares para que estes realizem as visitas às instituições que fazem as notificações e atendam adequadamente os casos de violências. A questão das violências identificadas no contexto escolar demanda pelo planejamento de ações intersectoriais mais abrangentes no âmbito do SGD.

Considerando a questão da concepção do projeto, suas estratégias para atingir os objetivos propostos e a forma como o projeto foi implementado, em que a teoria do programa está relacionada ao conjunto de hipóteses que justificam a intervenção do governo, "ela define também a estratégia e a tática que serão utilizadas para atingir os objetivos e metas do programa" (Holanda, 2006, p.109). Para o autor esta é uma "avaliação da teoria do programa, que busca responder a questões relacionadas com a concepção, a estrutura lógica e o desenho técnico do programa".

Na concepção do Projeto Escola Que Protege, conforme já mencionamos, a principal estratégia utilizada para o enfrentamento das múltiplas formas de violência contra a criança e o adolescente identificadas no contexto escolar é a formação dos(as) Profissionais da Educação.

Esta estratégia apresenta uma coerência com a política pública em questão, uma vez que estes profissionais estão em contato direto com crianças e adolescentes no processo de formação destes sujeitos e podem realizar práticas pedagógicas preventivas abrangendo também os seus pares e as famílias.

No entanto outras questões, para além da estratégia de formação dos profissionais, que dificultam a implementação do projeto, e as que estão relacionadas com a falta de estrutura de outros organismos do SGD indicam que há necessidade de articulação entre estes organismos para que aconteça o funcionamento deste sistema em rede e para que possa garantir o atendimento de qualidade à criança e ao adolescente.

Ressaltamos que as falas dos (as) Profissionais da Educação sobre os conteúdos da formação, que embasaram legal e teoricamente os estudos, sobre as temáticas que envolvem violências contra a criança e o adolescente e sobre as atividades e serviços propostos pelo programa, a partir da sua implementação, são coerentes com a legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e correspondem ao atendimento dos objetivos da formação planejada para o Projeto.

Diante do exposto, consideramos que a concepção do Projeto Escola Que Protege deve ser reestruturada a fim de poder viabilizar uma implementação com intervenções mais adequadas, no sentido de sua abrangência e dimensão da política, para o enfrentamento das múltiplas formas de violência contra a criança e o adolescente. É necessário o envolvimento dos profissionais dos demais organismos do SGD na estratégia de formação, assim como a articulação entre

eles para garantir atendimento de qualidade da política de enfrentamento às violências contra a criança e o adolescente.

O método da pesquisa avaliativa de efetividade

A definição pela metodologia da pesquisa avaliativa de efetividade surgiu em decorrência da necessidade de realizar uma análise mais apropriada das possíveis mudanças ocorridas com a implementação do Projeto Escola Que Protege, na Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, e seus impactos para a comunidade escolar. "É precisamente na avaliação de efetividade que a distinção entre avaliação e análise torna-se mais clara e necessária, devido à necessidade de demonstrar que os resultados encontrados na realidade social estão causalmente relacionados àquela política particular." (Arretche, 1998, p. 32).

A dimensão da problemática em questão, no contexto das violências contra a criança e o adolescente no espaço escolar, também interferiu na definição pela realização da pesquisa avaliativa de efetividade. A implementação de programas e projetos de intervenção comportamental, que inclui a realização de ações preventivas nas escolas, demanda por análise dos impactos junto a sua população, no caso, os(as) Profissionais da Educação que participaram do projeto a fim de compreender que mudanças resultaram a partir da sua implementação.

Para Silva e Silva (2001), no modelo da avaliação de impactos "tem-se como foco central as mudanças quantitativas e qualitativas decorrentes de determinadas

ações governamentais (política/programa) sobre as condições de vida de uma população, tendo, portanto, como critério a efetividade” (p. 85). Como objeto deste modelo de avaliação, a autora aponta o “estudo do efeito ou resultado de um programa, determinando se houve mudança, magnitude da mudança, segmentos afetados pela mudança e em que medida cada um dos componentes atendidos pelo programa contribuiu para alcance dos objetivos” (p. 83). Em relação à dimensão dos objetivos, a avaliação de impactos procura “medir o resultado dos efeitos de uma política. Servir de medida de desempenho da ação pública. Estabelecer relação de causalidade entre a política e as alterações das condições sociais” (Idem).

Na avaliação da efetividade do Projeto Escola Que Protege, buscamos nas falas dos (as) Profissionais da Educação suas percepções sobre as diversas formas de violência, suas atitudes e ações preventivas, procurando identificar os elementos e fatores que os influenciaram na construção social da prevenção das violências no espaço escolar.

Esta avaliação pressupõe um entendimento das subjetividades imbricadas nos valores dos sujeitos da pesquisa, pois implica em verificarmos mudanças de percepções e atitudes nem sempre visíveis nas falas dos (as) profissionais, exigindo uma leitura mais profunda das subjetividades contidas nas suas falas, através das respostas do questionário relacionadas com a identificação das violências no contexto escolar, com as suas atitudes de notificação, encaminhamento e acompanhamento das situações de violência, bem como com a sua prática pedagógica a partir da formação do projeto e das suas relações profissionais com os seus pares e com os profissionais do Conselho Tutelar, no

sentido da garantia dos direitos humanos da criança e do adolescente.

Como principais resultados, identificamos que ocorreram mudanças positivas nas percepções sobre as múltiplas formas de violência contra a criança e o adolescente, por eles (as) identificados no contexto escolar, como também nos seus modos de pensar e agir diante dessas violências depois de terem participado da formação do Projeto. Seus depoimentos enfatizam que a formação proporcionou conhecimentos úteis e necessários para suas práticas pedagógicas e que a metodologia da formação, que alternou os conteúdos com dinâmicas, exibição de filmes, seminários, fóruns com representantes do SGD e os fóruns escolares por eles realizados, também favoreceram a uma melhor compreensão da problemática das violências.

Assim, a implementação do Projeto, ao utilizar a estratégia de formação, promoveu mudanças de comportamento dos(as) Profissionais da Educação nas suas práticas pedagógicas e nas ações de identificação, notificação e encaminhamento das situações de violência por eles identificadas no contexto escolar, no sentido de ficarem mais atentos às questões causadoras dessas violências e de se sentirem mais seguros para passarem a tomar atitudes e fazer os encaminhamentos necessários.

No entanto, mesmo que o Projeto tenha alcançado em grande parte os seus objetivos, constatamos também que muitas ações que não dependiam apenas da escola foram dificultadas e até mesmo inviabilizadas, pela falta de qualidade no atendimento e pelo não atendimento dos demais organismos que compõem o SGD, sobretudo, o Conselho Tutelar.

Na prática, após o processo de formação, os(as) Profissionais da Educação necessitam dar encaminhamento aos casos de violência. Para tanto, o ECA recomenda que se articulem com os Conselheiros Tutelares. Estes, também, necessitam de outros profissionais para encaminharem as crianças e adolescentes e seus familiares para atendimentos em diversos outros organismos do SGD, nos setores de saúde, moradia, emprego, assistência e judiciário. "Assim, o processo das políticas públicas é assumido, nos seus diferentes momentos, por uma diversidade de sujeitos que entram, saem ou permanecem no processo, sendo estes

orientados por diferentes racionalidades e movidos por diferentes interesses" (Silva e Silva, 2001, p. 41).

Concluimos que a implementação de políticas públicas educacionais de caráter social, como o Projeto Escola Que Protege, requer a estruturação de um planejamento mais amplo e articulado com os sujeitos representantes dos demais organismos que compõem o SGD, uma vez que "o processo das políticas públicas conjuga um conjunto de momentos não lineares, articulados e interdependentes" (Silva e Silva, 2001, p. 38).

Referências bibliográficas

- ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no Estudo Sobre Avaliação. In RICO, Elizabeth Melo (org.) *Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate*. São Paulo, Cortez, 1998.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.) *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Secretaria de Educação Fundamental*. - Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.
- ECA – *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. 18 anos. 4ª Ed. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – Secretaria Especial de Direitos Humanos – Presidência da República. 2008.
- HOLANDA, Nilson. *Avaliação de programas: conceitos básicos sobre a avaliação "ex-post" de programas e projetos*. Fortaleza: ABC Editora, 2006. (Cap.VII: Planejando a Avaliação).
- LDB – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, Lei nº 9394, de 20 de dezembro 1996.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. *AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas*, Fortaleza, vol.1, nº1, jan-jun/2008.
- SILVA e SILVA, Maria O. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA E SILVA, M.O. *Avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: Veras editora, 2001.
- SPOSATI, Aldaísa (2003). Regulação Social Tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. *Intervenção Social*, Lisboa, v. 1, nº 27, p. 63 - 88.

Resumen: Este artículo trata de una investigación evaluativa realizada en la Maestría de Evaluación de Políticas Públicas (MAPP), intitulada Políticas Públicas de afrontamiento a las violencias contra los niños y adolescentes: evaluación de la implementación del proyecto Escuela que Protege en la red municipal de enseñanza de Fortaleza. El proyecto fue implementado por la Prefectura Municipal de Fortaleza (PMF), por intermedio de la Secretaria Municipal de Educación (SME), en 2007. Trataremos sobre el método de investigación de efectividad que evalúa los impactos del proyecto en la escuela por medio de entrevistas con profesionales de educación que pasaron por la formación, principal estrategia de implementación de políticas, y deben estar aptos a identificar, notificar y reportar las situaciones de violencia por ellos identificada. Presentaremos el contexto del proyecto como política pública y educacional de carácter social, luego una discusión sobre las cuestiones que involucraron su implementación y elaboración, finalizando con la definición del método de investigación evaluativa y sus principales resultados, con fines de colaborar con la planificación e implementación de políticas públicas educacionales que tratan de cuestiones de relevancia social a las cuales se caracterizan de forma transversal e interdisciplinar. Demandan, así, acciones intersectoriales con fines de que estas políticas se efectúen satisfactoriamente, en acuerdo con las conclusiones del último capítulo de la disertación.

Palabras-clave: evaluación, políticas públicas educacionales, transversalidad, interdisciplinariedad, violencia.

Résumé: Cet article traite de la recherche d'évaluation tenue dans le Master en Évaluation des Politiques Publiques (MAPP), intitulé Politiques Publiques de Combat à Violence Contre les Enfants et Adolescents: évaluation de la mise en oeuvre du Projet École que Protege dans les écoles municipales de Fortaleza. Le projet a été mis en oeuvre par la préfecture municipale de Fortaleza (PMF), à travers de la Secrétariat Municipal d'Éducation (SME), en 2007. On parlera ici sur le méthode de recherche efficace que évalue les impacts du projet dans les écoles à travers des entrevues avec les professionnels d'éducation, qui ont passé par la formation, principal stratégie pour mettre en oeuvre de politique, et doivent être habilité à identifier, notifier, et reporter les situations de violences pour eux identifiées. Il traitera de contextualiser du Projet comme une politique publique éducationnel de caractère social, en suivant une discussion sur les questions qui ont impliqués sur la mise en oeuvre et l'préparation. Pour finaliser avec une définition de méthode de recherche d'évaluation et ses principales résultats, à fin de contribuer pour la planification et pour mis en oeuvre de politiques publiques éducatives, que traitent des questions de relevance social lesquelles se caractérisent de manière transversal et interdisciplinaire et demandent des actions intersectorielles, de sorte que les politiques soient prises en compte de manière satisfaisant, comme les conclusion du dernier chapitre de la dissertation.

Mots Clés: Evaluation, politiques publiques éducationnels, transversalité, interdisciplinarité, violence, école.

Notas

- 1 Ao longo da sua implementação, o Projeto Escola Que Protege teve vários formatos e diferentes estratégias de implementação. O formato escolhido para esta pesquisa é o Projeto: Curso de Formação Continuada para Professores Escola Que Protege (que chamaremos Projeto Escola que Protege/PMF), implementado pela Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza/SME, em 2007, através de convênio da Prefeitura Municipal de Fortaleza/PMF com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE e executado através do convênio da Secretaria de Educação e Assistência Social/SEDAS (hoje SME) com o Instituto Municipal de Administração e Recursos Humanos/IMPANH, cuja natureza se denomina Curso de Formação Continuada para Professores da Rede Pública Municipal de Ensino.
- 2 Por profissionais da educação entende-se a população de diretores(as), supervisores(as), orientadores(as) educacionais, coordenadores(as) pedagógicos(as) e professores(as) que pertencem ao quadro do magistério da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME).
- 3 O conjunto dos Temas Transversais abrange os seguintes temas: ética, meio ambiente, orientação sexual, saúde, pluralidade cultural e trabalho e consumo. Estes temas podem gerar subtemas com eles relacionados, ou podem surgir outros temas de acordo com a realidade de cada escola.
- 4 Para maiores informações sobre avaliação em profundidade, consultar o artigo Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais (Rodrigues, 2008).